

## Com cortes de verba, Capes alerta MEC que bolsas seriam suspensas em um ano

Por Luísa Martins | De Brasília

Um ofício enviado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ao Ministério da Educação (MEC) movimentou ontem o ambiente acadêmico ao acender um alerta para um possível "apagão da pesquisa" no país. O documento avisa que os cortes orçamentários em 2019, da maneira como estão hoje previstos, levariam ao cancelamento, em agosto do ano que vem, de todas as bolsas de pós-graduação e outros programas da entidade, o que atingiria mais de 440 mil beneficiados no país, entre professores e alunos, se somados todos os programas atingidos.

De acordo com o ofício, a verba prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permite o pagamento de programas só até agosto de 2019. Sem recursos, serão suspensos nessa data mais de 93 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de 105 mil relacionadas ao Programa Institucional de Bolsas de

Iniciação à Docência (Pibid), ao Programa de Residência Pedagógica e ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Também deve ser interrompido, segundo a Capes, o funcionamento do Sistema Universidade Aberta (UAB) e dos mestrados profissionais destinados a docentes da educação básica, afetando mais de 245 mil beneficiados (professores e alunos).

"Caso seja mantido esse teto, os impactos serão graves para os programas de fomento da agência", diz o ofício datado de 1º de agosto. A Capes é um dos órgãos públicos responsáveis pelo fomento de pesquisas no Brasil.

Já o Conselho Superior da Capes é composto por representantes do governo e de entidades empresariais e acadêmicas, presidido por Abílio Baeta Neves - também presidente da própria Capes - que assina o documento e pede uma "ação urgente" do MEC "em defesa do orçamento" da instituição. Em termos de cooperação internacional, Baeta

afirma que os cortes afetam todos os programas de fomento da Capes no exterior, o que poderá "prejudicar a imagem do Brasil" no exterior.

No fim da noite de ontem, o termo Capes estava entre os mais comentados no Twitter, sendo usado também pelos pré-candidatos à Presidência para atacar a gestão de Michel Temer.

O conselho observou que houve um "processo exitoso" do MEC em manter como piso orçamentário, para 2019, os valores deste ano ajustados pela inflação. No entanto, segundo o ofício, o teto fixado para o próximo ano pode causar "impactos graves" nos programas de fomento da coordenação. O governo tem até 31 de agosto para enviar a proposta de orçamento de 2019.

Em nota conjunta divulgada à noite, os ministérios do Planejamento e da Educação informaram que o MEC tem para este ano R\$ 23,6 bilhões para despesas discricionárias. Restrições fiscais para 2019 fazem com que esse valor seja de R\$ 20,8 bilhões. Segundo a





nota, "o limite foi repassado proporcionalmente para a Capes".

O ministro da Educação, Rossieli Silva, disse ao Valor que está trabalhando para "reverter" a possibilidade de corte no orçamento da Capes causar uma suspensão no pagamento das bolsas. Segundo ele, haverá uma reunião hoje, no Ministério do Planejamento, para debater o tema.

"Com o limite de R\$ 2,9 bilhões para os gastos discricionários do MEC, muitas áreas acabam sendo atingidas", disse ele. Os gastos discricionários incluem não só a Capes, mas também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por exemplo. "Acredito que o MEC ainda vá conseguir avançar nessa negociação."

De acordo com outra fonte do MEC, ouvida reservadamente pelo Valor, a pasta teve um aumento, nos últimos cinco anos, de gastos considerados obrigatórios, fruto da expansão das universidades e institutos federais - só a folha de

pagamento aumentou em 100 mil servidores. A partir daí, diz a fonte, "a lógica é matemática": se o orçamento se mantém inalterado de um ano para outro e os gastos obrigatórios ficam maiores, sobra menos para os programas discricionários, como é o caso da Capes.

O Ministério do Planejamento, informou que estabelece, para cada pasta, limites totais para a confecção do Projeto de Lei Orçamentária - ou seja, cabe ao próprio MEC "a responsabilidade de definir a distribuição dos recursos entre suas unidades, respeitando suas estratégias de ação".

"Os recursos para o MEC estão acima do mínimo constitucional em 2018 e os referenciais monetários para 2019 também preveem recursos acima do limite constitucional. Não podemos desconhecer que o país vive grave crise fiscal. Ela afeta todo o governo, inclusive o MEC. Cabe ao ministro distribuir os recursos segundo suas prioridades", informa nota do Ministério do Planejamento. (Colaboraram Ana Conceição e Hugo Passarelli, de São Paulo)

## Cuidado com os sofistas tributários

NELSON BARBOSA

Hoje volto ao tema fiscal. Política econômica não se resume ao Orçamento, mas o reequilíbrio das contas públicas é condição necessária, mas não suficiente, para a retomada do desenvolvimento no Brasil.

As eleições se aproximam, e a maioria dos principais candidatos à Presidência já sinalizou que parte do ajuste fiscal virá de aumento de tributos.

Ainda há Neoliberais de Jardim de Infância, forjados nas guerras do PlayStation, bradando que "todo imposto é roubo". Isso me lembra outro polo, os Marxistas de Museu, para os quais "toda propriedade é roubo". Mas estou divagando.

Volto ao principal: ajustes fiscais bem-sucedidos tendem a combinar aumento de receita com redução de despesa, tudo em termos relativos, em percentual da renda total da economia.

Mesmo ex-defensores da

"contração fiscal expansionista" já reconheceram que ajustes fiscais são recessivos no curto prazo e, mais importante, que ajustes puxados por reduções de despesas tiveram, também, medidas de aumento de receita.

Apesar de seus efeitos restritivos no curto prazo, ajustes fiscais precisam ser feitos em algumas situações, como no Brasil de hoje (acorda, PT). A questão principal é a composição, a distribuição da conta no tempo e entre grupos sociais.

No caso recente do sul europeu, houve grande variação. Segundo a consultoria LCA, 90% do ajuste na Grécia veio de aumento de receita. Em Portugal, a distribuição foi um terço na receita e dois terços no gasto. Já na Espanha, aproximadamente 40% da melhora do resultado fiscal veio da elevação de receita.

Provavelmente seguiremos algo próximo da Espanha. A maior parte do ajuste virá da redução relativa de gastos, sobretudo remuneração de

servidores e Previdência Social, como já abordei em outras colunas.

Ainda assim, parte importante virá do aumento de receitas, como indica a nova e correta tentativa da equipe econômica em mudar a tributação de fundos exclusivos de investimento. Só essa medida pode gerar mais R\$ 10,7 bilhões em 2019, mas vários defensores do governo ainda não se manifestaram sobre isso, talvez por medo de desagradar ao mercado.

Como disse Upton Sinclair, político americano do século 20: é muito difícil convencer alguém de uma coisa quando o salário dessa pessoa depende de ela não entender o que você está explicando.

Um exemplo dessa dissonância aconteceu recentemente, quando alguns colegas economistas criticaram taxar grandes heranças porque tal medida "não resolveria o problema fiscal". Trata-se de um sofisma.

Nenhuma medida sozinha resolve





nosso desequilíbrio fiscal. Nem a reforma da Previdência nem a tributação de dividendos distribuídos por empresas no regime de lucro presumido. A solução virá de um conjunto de iniciativas, e, portanto, cada ação deve ser avaliada por seu mérito econômico e social.

Em um país tão desigual como o Brasil, tributar grandes heranças é justificável socialmente e ainda ajuda o reequilíbrio do Orçamento. Segundo simulações sobre o tema, tributar mais progressivamente valores de heranças que excedam R\$ 5 milhões afetaria uma parcela ínfima da população e, ainda assim, poderia financiar todo o programa Farmácia Popular.

Vários países desenvolvidos têm esse tipo de tributação, há muito tempo, como indica o guia tributário anual publicado pela Ernst & Young, disponível online.

Logo, quando alguém se posicionar contra tributação de grandes heranças só "porque isso sozinho não resolve o problema fiscal", o motivo real pode ser outro: o receio de desagradar a sua patota ou, pior, a quem o financia.

## Bolsas podem ser interrompidas em 2019, diz Capes

**SÃO PAULO** A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), uma das mais importantes agências de fomento à pesquisa e formação de docentes do país, enviou ao ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, nota dizendo que o teto de gastos que deve ser imposto à entidade em 2019 pode inviabilizar o pagamento de bolsas de estudos, entre outras atividades.

Segundo o documento, assinado pelo presidente da Capes, Abílio Baeta Neves, só haveria recursos para a entida-

de cumprir seus compromissos até agosto de 2019.

O número de prejudicados, nas contas da agência, pode chegar a 93 mil alunos de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), 105 mil beneficiários de programas voltados à educação básica e 245 mil pessoas ligadas à Universidade Aberta do Brasil, entre alunos e bolsistas.

O impacto pode ser grande porque a maior parte da pesquisa nacional é produzida dentro de universidades, durante o desenvolvimento

de teses e dissertações. Sem bolsa, muitos pós-graduandos acabam abandonando suas pesquisas e deixando a carreira acadêmica para trás.

Procurado, o Ministério da Educação respondeu que quem envia os limites de orçamento para todos os órgãos é o Ministério do Planejamento.

Em nota, o Planejamento disse que estabelece, para cada ministério, o limite total para a confecção do Projeto de Lei Orçamentária. "O MEC tem autonomia para decidir como aplicar seus recursos"